

As guerras do fim do mundo

Harald Welzer.

Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século XXI.

Tradução de William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2010, 317 páginas.

Thiago Rodrigues

Professor no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador no Nu-Sol/PUC-SP e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica.

Quando o navegador inglês James Cook chegou à Ilha de Páscoa, em 1776, encontrou uma paisagem desolada: não havia uma só árvore, os animais eram raros, os habitantes, poucos, esqueléticos e assustadiços. Intrigou-lhe, especialmente, a quantidade de monumentais cabeças de pedra, muitas delas danificadas, que não condiziam com o ambiente à sua volta. Cook anotou o que viu, não pôde explicá-lo e partiu. Hipóteses sobre o que aconteceu em Páscoa tiveram que esperar por estudos arqueológicos e antropológicos, no século XX, que sugeriram uma história apocalíptica. A ilha teria sido colonizada por polinésios que chegaram a um arquipélago tropical rico e fértil. Passados alguns séculos, disputas entre os clãs —

centradas na capacidade de construir mais e maiores cabeças de pedra —, teriam consumido a cobertura vegetal, devido à necessidade de madeira para a produção dos ídolos, esgotando o solo e secando as fontes de água. Com a diminuição do alimento e da água, os clãs teriam se lançado à guerra de extermínio. Em pouco tempo, as estruturas sociais e os ídolos desmoronaram, restando apenas o triste cenário encontrado por Cook.

O apocalipse tropical de Páscoa foi escolhido por Harald Welzer para exemplificar como, tanto no passado como no presente e futuro, a alteração nas condições ecológicas pode levar ao acirramento dos conflitos sociais e à guerra. Eis a tese central do livro publicado em 2010, escrito pelo professor de psicologia social na Universidade

Witten/Herdecke, Alemanha, que tem se dedicado, com mais regularidade, ao estudo da participação social no Holocausto durante os anos 1930 e que, com essa obra, aumentou o número de escritos sobre a relação entre a degradação ecológica e os conflitos no mundo.

O tema não é propriamente novo, tendo sido incorporado por pesquisadores que, desde os anos 1990, dedicaram-se à análise das alterações nos conflitos violentos internacionais e domésticos após o fim da Guerra Fria. Mesmo o vínculo entre “ecologia” e “guerra” não poderia ser considerado uma novidade, como indicam, entre outros, os trabalhos do historiador militar John Keegan. A diferença na abordagem de Welzer está, ao menos, em dois planos: no diálogo que estabelece com discussões do presente em que escreve; e na posição política que assume.

A resenha a seguir, longe da pretensão de sumarizar a obra, procurará apresentar como esses dois planos se mostram no livro, indicando possibilidades de leitura e problematização interessadas no estudo da ecopolítica na perspectiva da instauração de novas condutas públicas e privadas e das emergentes táticas de gestão política do planeta.

Uma política de sobrevivência, ou simplesmente, violência?

Welzer dedica sua atenção não às “catástrofes” tidas como “naturais” — como um terremoto ou um tsunami —, mas àquelas que, aparentando ser “naturais”, seriam decorrência da ação humana (pp. 215-217). Essas “catástrofes”, que surgem na forma de grandes furações, inundações, nevascas fora de época ou de lugar, deslizamentos ou chuvas torrenciais imprevisíveis são aquelas que têm sido apontadas por organizações como o *Intergovernmental Panel on Climate Changes* (IPCC), que Welzer incorpora e aceita, como os incidentes climáticos extremos decorrentes do desequilíbrio ecológico provocado pelo modelo de desenvolvimento econômico e social ocidental universalizado nos últimos 250 anos (p. 57). As mudanças climáticas, portanto, não seriam “naturais”, mas induzidas pela atividade humana, o que faria delas “um problema *ecossocial*” (p. 219, grifo do autor) e dos desastres ambientais, modalidades específicas de “catástrofe social” (p. 44).

Segundo Welzer, serão essas “catástrofes sociais” produzidas pelas mudanças climáticas que motivarão parte substancial dos conflitos do-

mésticos e internacionais no século XXI. Para o autor, esses conflitos, de fato, já começaram, tendo sido anunciados ainda no final do século XX com o chamado “genocídio em Ruanda”, ocorrido em 1994. Welzer considera que as interpretações do genocídio ruandês como um “conflito étnico” são equivocadas não apenas porque desconsideram o processo de criação das “etnias” tutsi e hutu pelos colonizadores alemães e belgas, mas, também, porque ignoram uma *variável ecológica* que teria sido fundamental. O autor argumenta que o assassinio em massa foi possível, além dos fatores históricos, políticos e sociais, pela existência de um “problema ecológico e demográfico” (p. 95). Para Welzer, a violência de 1994 foi precedida por um crescimento populacional acelerado que trouxe problemas concretos — como a inflação do preço dos alimentos, a fome e o acirramento da luta pela ocupação das terras férteis — potencializados pelas pré-existentes divisões sociais, políticas e econômicas. Assim, o genocídio em Ruanda teria sido não um “embate étnico”, mas um conflito com uma lógica climática de fundo.

Depois de Ruanda, outro acontecimento importante teria sido o fu-

ração Katrina, que arrasou Nova Orleans, em 2005. Para Welzer, o grau de destruição e o caos que se seguiu ao Katrina, com milhões de desabrigados, saques e uma intervenção militar para manter a ordem e proteger a propriedade, teriam estabelecido um padrão esperável para catástrofes futuras. Até mesmo a incapacidade do serviço meteorológico, supostamente mais sofisticado do mundo em prever a força dos ventos, teria revelado como os futuros desastres poderão ser devastadores, com capacidade de destruição ainda maior em países pobres e com menos recursos para a *defesa civil*. O episódio Katrina teria, ainda, possibilitado o surgimento do “conceito de *refugiados climáticos* para indicar a fuga de pessoas devido a eventos atmosféricos” (p. 43, grifo do autor); conceito que, na reflexão de Welzer, como se verá adiante, tem papel central.

O terceiro acontecimento citado por Welzer seria, propriamente, a primeira guerra climática do século XXI: o conflito na província sudanesa do Darfur. Welzer relata o conflito no sudoeste do Sudão como uma “guerra climática” iniciada a partir do rápido processo de desertificação que comprimiu as terras aráveis e as pastagens, colocando em choque os grupos nômades/pastoris e os se-

dentários/agricultores, em disputa por território. O conflito teria crescido com a chegada, nos anos 1990, de grupos paramilitares (os *djandjawids*) apoiados pelo ditador Omar Al-Bashir para debelar supostas movimentações pró-independência na região. O agravamento da violência levou, então, à formação de levadas de refugiados que se deslocaram para o Chade, no oeste, mas também para países ao sul e ao norte, produzindo um problema humanitário que mobilizou a ONU, a União dos Estados Africanos, a União Europeia e organizações humanitárias não-governamentais (p. 100).

Desse modo, apesar de ter sido noticiada mundialmente como um “conflito étnico”, a violência no Darfur seria, para Welzer, uma “guerra climática”, ou seja, uma situação de “guerra permanente” (p. 101), ainda que descontinuada, que conteria a combinação de elementos políticos, econômicos e sociais — muitas vezes existentes de longa data — catalisados e potencializados por mudanças no ecossistema. Um dos efeitos imediatos seria a produção de contingentes de “refugiados climáticos” que pressionariam as fronteiras dos países vizinhos e das “ilhas de bem-estar” (p. 121) dos Estados ocidentais — notadamente a União Europeia, mas

também, os Estados Unidos da América —, gerando ameaças à estabilidade institucional e à ordem política estabelecida. Essas ameaças, sustenta Welzer, seriam ainda maiores nos países pobres que ele classifica como “sociedades fracassadas”, “Estados fracos”, “nações em colapso”, entre outros sinônimos para o que, na literatura das Relações Internacionais, convencionou-se designar — seguindo a difusão do termo realizada, nos anos 2000, por Francis Fukuyama — de “Estados falidos”.

Para Welzer, as “nações frágeis” seriam as primeiras a sofrer com o impacto das mudanças climáticas porque veriam “sua *vulnerabilidade* consideravelmente intensificada perante os *riscos* ambientais, e de maneira semelhante, condições de *defesa* contra as modificações climáticas claramente menores” (p. 105, grifos meus). É importante notar como o autor lida com cálculos de *vulnerabilidade* e *risco* a fim de aferir capacidades concretas de reação às mudanças climáticas e, conseqüentemente, a possibilidade de equacionar os conflitos decorrentes. Ao aceitar a definição de “Estado falido”, Welzer considera que a debilidade institucional dos “Estados pobres” será exacerbada pelo fato de que neles as mudanças

climáticas acontecerão de forma mais intensa e os meios de enfrentamento serão reduzidos. Em suma, para Welzer, “as variações climáticas constituem um *perigo social* [capaz] (...) de provocar catástrofes sociais, tais como a desagregação de um sistema de governo, guerras civis e genocídios” (p. 261, grifo meu); e serão os países pobres os mais atingidos.

A consequência em termos de segurança para os Estados ocidentais virá, para o autor, de dois modos: *indiretamente*, pelas turbulências regionais (na África, Ásia, Oceania e América Latina) provocadas pelas “guerras climáticas” que alimentarão o ambiente para a radicalização política e o terrorismo, além de criar zonas excluídas dos fluxos do capitalismo globalizado; e *diretamente*, pela pressão constante das fronteiras europeias e estadunidenses pelas ondas de refugiados ambientais; além dos eventuais atentados terroristas de grupos provenientes de “Estados falidos”.

Para Welzer não seria uma novidade afirmar que as guerras mudaram desde o final da Guerra Fria, pois muitas foram as obras dedicadas ao surgimento dos grupos armados não-estatais e à proliferação de guerras

civis que questionaram, frontalmente, o monopólio estatal da violência e seu direito exclusivo de recorrer à guerra (pp. 132-140). O dado novo seria o reconhecimento das mudanças climáticas como instigadoras dessas novas modalidades de guerras, ao lado de outras explicações mais ou menos tradicionais como os fatores históricos, políticos, econômicos ou “étnicos”. Welzer preocupa-se em lançar o alerta de que “cada quilômetro quadrado cedido à desertificação representa um *encolhimento do espaço de sobrevivência* dos seres humanos e se converte em fonte direta ou indireta da violência” (p. 105, grifo do autor). Seria a volta, por outros meios, da noção de *espaço vital*, que para os nazistas justificou a expansão em direção ao leste e que para os Estados ricos ou pobres, e mesmo grupos organizados dentro de territórios formalmente soberanos, impulsionaria novas práticas de expansão e genocídio fazendo com que a situação extrema de ameaça à *sobrevivência* justificasse qualquer ato, substituindo a *política* pela *violência*.

Salvar o mundo, os homens e a política

As soluções indicadas até o mo-

mento para enfrentar o aquecimento global e as mudanças climáticas têm sido, para Harald Welzer, inapropriadas porque partilham da mesma lógica da atual configuração da economia globalizada, sendo apenas alternativas ao mesmo modelo de desenvolvimento. Segundo o autor, essas soluções poderiam ser resumidas em três níveis: individual, internacional e doméstico. O plano individual seria o da conscientização ambiental, compreendida como “as atitudes a serem tomadas individualmente a fim de salvar o mundo” (p. 268) como, por exemplo, dar educação ecológica para os filhos, economizar água, praticar carona solidária com os amigos, ir para o trabalho de bicicleta, separar o lixo orgânico do reciclável etc.

Para Welzer, a solução individual é uma “proposta grotesca” que reduz “radicalmente o nível e a complexidade das necessidades de reação e dos aspectos de responsabilidade que as modificações climáticas exigem de forma radical” (p. 269). Ao invés de evidenciar a necessidade de mudanças substanciais, o prisma individualizante da “retificação de hábitos pessoais” apenas alivia consciências e a responsabilidade dos “atores políticos e corporativos [com relação]

aos seus deveres reais em tomar medidas mais eficazes”, não tendo “qualquer influência relevante sobre o processo [de mudança climática]” (Idem).

O segundo plano seria o internacional, representado pelos esforços levados adiante, desde os anos 1970, para a construção de um regime legal planetário de proteção do meio ambiente. O problema desse sistema, para o autor, é que este não dispõe dos meios coercitivos necessários para fazer valer as decisões acordadas; posição próxima à dos teóricos realistas no campo das Relações Internacionais, e que explicita a partilha da crença no conceito tradicional da filosofia política de que só há eficácia na aplicação da lei se existe uma instituição política — que para os realistas, seguindo a clássica definição de Max Weber, seria o Estado moderno — capaz de obrigar ao cumprimento da lei diante da ameaça do uso da força física. Welzer, no entanto, indica sua expectativa de que o “direito criminal internacional” (p. 271) se sofisticue, aumentando o seu grau de institucionalização e eficácia. Para o autor, isso “ainda se situa em um futuro mais ou menos distante” (Idem), mas poderá seguir caminho similar ao regime internacional dos direitos humanos —

pois o direito ao meio ambiente também se configuraria com um direito humano — que caminhou para a criação de tribunais penais internacionais *ad hoc* e procura afirmar, hoje, um tribunal permanente.

O plano doméstico ou nacional é, para Welzer, o terceiro e mais importante dos níveis, pois nele se dá a efetiva transformação dos compromissos internacionais em leis e, diante da existência do poder coercitivo central, dá-se a possibilidade concreta de que a legislação seja cumprida. Assim, medidas que seriam ineficazes no plano individual — como trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou inibir o uso de combustíveis poluentes — ganhariam amplitude se fossem leis gerais, obrigatórias a todos e fiscalizadas pelo Estado. Uma vez mais, a ênfase do autor no Estado — que, pela negativa, ajuda a compreender sua adesão ao conceito de “Estado falido” — o faz apostar no fortalecimento das instituições políticas desde que haja um aperfeiçoamento da prática política.

Esse aperfeiçoamento deveria passar pelo incentivo a novas formas de fazer política para além da “política parlamentar” e da limitação ao “ciclo das eleições” (p.

285). Welzer defende, assim, uma reforma política que abra “oportunidades de participação” (Idem) para que se constitua uma democracia nas modalidades *participativa* e *direta*, aproveitando as novas facilidades computo-informacionais. Então, um nível maior de “comunicação e de participação [conduziria] a um grau mais elevado de identificação cidadã com a sociedade que ajuda construir” (Ibidem), gerando um “juízo prático da necessidade de combater os menores efeitos do aquecimento global, não somente por meio de uma cultura planetária de redução radical do dispêndio de recursos naturais, mas também por meio de uma cultura de participação totalmente nova” (p. 287).

Em suma, o enfrentamento *real* das mudanças climáticas necessitaria de uma alteração da prática política e o incentivo a um novo “*projeto cultural da boa sociedade*” (p. 286, grifo do autor), ou seja, de uma reforma nos hábitos e valores, impulsionada pela reforma da democracia, convocando à participação geral e à harmonização ampla de práticas e condutas. A nova “boa sociedade” deveria ser, desse modo, medida por critérios completamente diferentes dos atuais; com outros conceitos para desenvolvimento e bem-estar não mais os associados à

revolução industrial responsável pelo desenvolvimento de parte dos países ocidentais e inviável — ou melhor, *insustentável* — de ser universalizada, pois o planeta não a suportaria.

Os países desenvolvidos e os chamados emergentes têm defendido, segundo Welzer, pequenos ajustes dentro da mesma lógica de desenvolvimento, como exemplifica o projeto do etanol como suposta alternativa sustentável aos combustíveis fósseis. O etanol, no entanto, exigiria o desmatamento de florestas e a ocupação de terras férteis que poderiam ser usadas para a produção de alimentos, além de manter a matriz energética centrada nos motores a combustão interna. Seria preciso, então, alterar o modelo de desenvolvimento, o que somente aconteceria com uma modificação dos valores expressos por meio de uma participação constante na vida política e comunitária.

A modificação nos costumes deveria, assim, influenciar a alteração das políticas externa e de segurança dos Estados, sobretudo, as dos desenvolvidos. No plano internacional, os países pobres — para Welzer, as principais vítimas das mudanças climáticas — deveriam receber auxílio para se desenvolverem dentro de um novo modelo produtivo sustentável

e não mais recebendo ajuda humanitária que tem sido, apenas, alvo de saque pelas elites locais e “senhores da guerra”, auxiliando na reprodução infundável dos conflitos locais (pp. 151-152), sem auxiliar efetivamente as populações-alvo. De outro lado, a política com relação aos imigrantes tem sido baseada, segundo Welzer, na violação sistemática dos direitos humanos, pois está fundada no erguimento de barreiras físicas (muros, cercas, forças especiais de policiamento de fronteira) e eletrônicas (radares, satélites), e na construção de uma rede de “zonas de proteção”, como eufemisticamente se chamam os campos de refugiados e os campos de concentração para imigrantes ilegais na Europa, nos EUA e nos seus arredores (pp. 193-208).

As guerras climáticas nos “Estados falidos” seriam, então, fontes de ameaça constante à segurança dos “Estados desenvolvidos”, pois promoveriam o deslocamento de refugiados e a radicalização terrorista antiocidental das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas. A reação a tais ameaças pelos Estados ocidentais, mantendo-se o modelo de desenvolvimento presente, tem levado não apenas às violações dos direitos humanos dos que estão para fora dos

“bolsões de bem-estar”, como também, açotado os direitos civis de seus cidadãos em nome das leis de exceção para combater o terrorismo (p. 290).

Desse modo, o corolário dessa reflexão é que a segurança de cada Estado, primordialmente dos “desenvolvidos”, depende da adoção de um novo modelo de sociedade, centrado num outro conceito de desenvolvimento e em outras práticas políticas lastreadas por um câmbio moral que eleja “a maneira como realmente desejamos viver na sociedade de que fazemos parte e em que desejaremos viver no futuro” (p. 281). A salvação da humanidade, portanto, dependeria, simultaneamente, da salvação do planeta, do Estado, dos países pobres, da ordem internacional e da política fundada numa nova moral.

Guerra, moral e política

O livro de Welzer não é, simplesmente, sobre a *securitização* das mudanças climáticas, expressão bastante em voga para designar que uma questão foi encampada pelos Estados como um tema concernente à sua segurança e à segurança internacional. Mais do que isso, o

texto explicita como a preservação do meio ambiente é um dos itens centrais para a constituição de uma nova ordem planetária que implica na elaboração de novas instituições supranacionais, de um direito cosmopolita e de Estados adaptados aos novos fluxos globais de capital, produtos, dados, imagens e inteligências produtivas.

Nessa nova política planetária, a segurança não se restringe apenas a um tema nacional, tampouco internacional. Emerge, ao contrário, como um problema *transterritorial* que recobre o globo não para substituir o Estado e sua segurança, mas para redimensioná-lo em novas centralidades políticas, quer seja em consórcios estatais, como a União Europeia, quer seja em coalizões militares, como a OTAN, ou em projetos mais ou menos desenvolvidos de integração comercial, econômica e política nos cinco continentes. A adesão de Welzer ao conceito de “Estado falido” explicita sua aposta no poder político centralizado, ainda que reformulado em suas instituições e procedimentos participativos, como fórmula para alcançar a paz, entendida não apenas como a superação da guerra por meio das instituições, mas também, como reforma moral das condutas em nome

da salvação do planeta associada às salvações individual e coletiva.

Assim, quando o autor recrimina as soluções preservacionistas individuais, afirmando que o problema requer mais do que “retificação de hábitos pessoais” (p. 269), a questão não diz respeito exatamente à “retificação” das condutas individuais, mas à falta de uma articulação que as retifique *ampla e coordenadamente*. Daí a importância do Estado como força que deve zelar — e, no limite, impor — as condutas necessárias à construção da nova “boa sociedade”.

O livro de Welzer, desse modo, não se restringe a tratar das “novas guerras” como um acontecimento descolado da modelação de uma nova sociedade voltada ao planeta. Quando o autor sustenta que as guerras climáticas seriam “guerras permanentes” (pp. 140-149), envolvendo Estados, coalizões de Estados, grupos paramilitares, traficantes, terroristas etc. e que se retroalimentam, reproduzindo as violências, é possível lembrar-se da noção de “estados de violência”, apresentada por Frédéric Gros como uma hipótese para analisar os conflitos contemporâneos. No entanto, se Welzer nota características fundamentais desses conflitos destacadas por Gros — como sua fluidez,

a presença de grupos privados, sua desterritorialização, sua indefinição territorial e jurídica —, ele o faz não com a intenção de problematizá-los, mas apenas as *assimila* a partir de um referencial hobbesiano que se atemoriza diante da perda do monopólio da violência física por parte do Estado. Afinal, para Welzer, interromper a destruição do planeta significaria evitar a *catástrofe social* absoluta.

Seria possível notar, então, que para Welzer, as *guerras climáticas* poderiam ser, efetivamente, as *guerras do fim do mundo*; não do mundo geológico, ou mesmo do meio ambiente, mas do *mundo dos e para os homens*. A extinção catastrófica da humanidade, que converteria o planeta em uma grande Ilha da Páscoa, é a visão que atemoriza o autor. Visão atravessada por um não-citado tom malthusiano que associa crescimento demográfico a rarefação de recursos e, conseqüentemente, conflito e morte para a formação de novo equilíbrio. Tom, a um só tempo, humanitarista e moralista que, em adição, vincula pobreza a violência, fazendo dos “Estados falidos” espaços propícios para a guerra e para as “ameaças”, quer sejam na forma de terroristas, quer seja na de famélicos refugiados.

A União Europeia incorporou o tema das mudanças climáticas como uma questão de segurança para o bloco desde a publicação da Estratégia Europeia de Segurança, em 2002, indicando como fontes futuras de conflito precisamente as pressões migratórias e as possíveis rivalidades entre Estados por conta do acesso a recursos naturais e energéticos que rareiam. O tema, por sua vez, não está circunscrito aos europeus, sendo discutido na ONU e preocupando Estados como o Brasil com suas florestas tropicais, aquíferos de água doce, monoculturas de cana-de-açúcar para produção de etanol e reservas de petróleo.

A questão, no entanto, não é apenas um tema diplomático-militar. Além disso, ela implica investimento na alteração de condutas e de valores morais que atravessam indivíduos, empresas, Estados, organizações não-governamentais e intergovernamentais. Em nome da salvação do planeta — para que se salve, também, a humanidade — está em produção um novo conjunto de táticas de governo, simultaneamente locais e globais, que anunciam a dissolução da “política nacional” e “internacional” em uma política planetária e transterritorial. O livro de Welzer é, assim, uma obra *atual* sobre a *guerra*, mas mais que isso, sobre *política e moral*.